

ASPECTOS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A ALFABETIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO (1989-2018)

ODAIR VIEIRA DA SILVA

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília/SP
e-mail: odairvieira@prof.educacao.sp.gov.br

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de contribuir para a compreensão da produção acadêmica sobre a alfabetização no Estado de São Paulo, no período compreendido entre os anos de 1989 e 2018, apresento, neste artigo, resultados parciais da pesquisa de Doutorado em andamento vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), *campus* de Marília/SP, e às linhas “História da alfabetização” e “História do ensino de língua portuguesa”, do Grupo de Pesquisa “História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” (GPHEELLB)¹.

Como fase exploratória desta pesquisa, venho elaborando um instrumento de pesquisa, centrado em pesquisa documental e bibliográfica, desenvolvida por meio da utilização dos procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de fontes documentais, contendo a relação de referências de textos sobre a produção acadêmica relativa à alfabetização no Estado de São Paulo (1989-2018), em especial teses

¹ O GPHEELLB decorre do Programa de Pesquisa “História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” (PPHELLB), e, desse grupo e desse programa de pesquisa, em funcionamento desde 1994, resultou o Projeto Integrado de Pesquisa “História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” (PIPELLB), em desenvolvimento desde 1995, todos coordenados pela Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário Longo Mortatti. O GPHEELLB, o PPELLB e o PIPHELLB estão organizados em torno de tema geral, método de investigação e objetivo geral, que são comuns a todas as pesquisas de seus integrantes. O tema geral — ensino de língua e literatura no Brasil — se subdivide em seis linhas de pesquisa: “História da formação de professores”; “História da alfabetização”; “História do ensino de língua portuguesa”; “História do ensino de literatura”; “História da literatura infantil e juvenil” e “Memória e história da educação”. Cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq; certificado pela UNESP. Informações disponíveis em: <http://www.marilia.unesp.br/gphellb>. Atualmente, esse grupo tem como líder a Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário Longo Mortatti e, como vice-líder, Prof^a. Dr^a. Rosa Fátima de Souza Chaloba.

de doutorado e dissertações de mestrado, defendidas em Programas de Pós-Graduação de universidades públicas, confessionais e privadas (SILVA, 2019). Cabe ressaltar que, neste artigo, realizo uma análise da versão preliminar desse instrumento de pesquisa. O instrumento de pesquisa é um documento em forma de guia, inventário, catálogo ou índice, que “[...] resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num [ou mais] arquivo permanente [...]” (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 1996, p. 45)

De acordo Bellotto (1979), o instrumento de pesquisa representa uma etapa fundamental para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa, tendo em vista que

[...] constituem-se em vias de acesso do historiador ao documento, sendo a chave da utilização dos arquivos como fontes primárias da História e [...] qualquer que seja a orientação do trabalho histórico a que se proponha um pesquisador, dentro do vastíssimo campo que se abre hoje a História [...] ele necessitará, indubitavelmente, do texto colocado ao seu alcance pelo instrumento de pesquisa. (p. 133)

Nesse sentido, ainda propõe Bellotto (1991) que

[e]scolhido um tema e aventadas as hipóteses de trabalho, o historiador passa para o como e o onde. Diante de um sem-número de fontes utilizáveis, a primeira providência, pela própria essência do método histórico, é a localização dos testemunhos. (p. 104)

A opção pela delimitação cronológica entre 1989 e 2018 decorre do fato de que, a partir da década de 1980, a educação brasileira tem passado por grandes processos de mudanças, associadas às novas demandas didático-pedagógicas, bem como pelas esferas sociais e políticas. No mesmo período, de acordo com Mortatti (2000), no Estado de São Paulo, com o objetivo de responder a essas demandas, ocorreu a implementação de novas leis e a ampliação dos debates acadêmicos e políticos sobre a educação, ao mesmo tempo em que se efetuou “[...] a sedimentação da alfabetização como objeto de estudo e pesquisa acadêmicos” (p. 256). A autora em questão esclarece, também, que, nessa década, verificou-se um aumento significativo da produção de documentos oficiais sobre a educação no Estado de São Paulo,

[d]entre esses, destacam-se aqueles relativos à alfabetização no Ciclo Básico² e que vêm sendo constantemente reeditados e bastante citados, seja nos documentos da própria Secretaria da Educação, seja por autores de artigos, livros e cartilhas. (p. 270)

Considerando tais constatações, escolhi como marco inicial de minha pesquisa a primeira dissertação de mestrado que identifiquei no tocante ao Ciclo Básico de Alfabetização e às mudanças no processo de alfabetização do Estado de São Paulo; trata-se da dissertação de mestrado escrita por Ambrossetti (1989), *Ciclo básico: o professor da escola pública paulista frente a uma proposta de mudança*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Quanto à delimitação temporal de encerramento da pesquisa, defini o ano de 2018, devido ao prazo de atualização das publicizações³ das teses de doutorado e dissertações de mestrado no *site* do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Quanto à delimitação espacial, utilizei como critério aspectos geográficos, a fim de selecionar as referências de teses e dissertações produzidas em universidades públicas, confessionais e privadas do Estado de São Paulo que tematizavam a alfabetização; para tanto, optei por não selecionar as referências de trabalhos escritos sobre o tema, que embora defendidos no âmbito do Estado de São Paulo, tematizavam a alfabetização em outras Unidades da Federação. No que diz respeito ao tema de pesquisa, saliento que, para a localização, recuperação e reunião das referências, considere apenas o ano de defesa das teses e dissertações sobre alfabetização no Estado de São Paulo, apesar de

² O Ciclo Básico de Alfabetização (CBA) consistia em um projeto político do primeiro governador eleito pelo povo paulista após o regime militar de 1964, André Franco Montoro (1916-1999). Montoro governou esse Estado no período compreendido entre 1983 e 1987; o projeto propunha alterar as relações de exclusão social provocadas pela reprovação escolar “[...] na passagem da 1ª para a 2ª série do ensino fundamental, impôs-se a necessidade de intervir na rede escolar, iniciando-se pela desseriação das duas séries iniciais e por um conjunto de outras medidas que constituíam a proposta do ciclo básico” (DURAN, ALVES, PALMA FILHO, 2005, p. 84).

³ De acordo com Mortatti, Oliveira e Pasquim (2014), o verbo “publicizar” é utilizado “[...] porque não se trata de ‘publicação qualificada’, conforme critérios e normas da CAPES, estabelecidos para qualificação da produção bibliográfica, um dos itens de avaliação dos programas de pós-graduação. Embora aprovadas pelas respectivas bancas examinadoras, as teses e dissertações publicizadas no Portal CAPES não são submetidas à avaliação cega por pares, que integram corpo editorial, como ocorre com periódicos, sobretudo, ou com livros formalmente ‘qualificados’” (p. 15).

haver trabalhos que analisassem outros períodos e outras décadas. Relativamente ao nível de escolarização, reuni, essencialmente, as referências das teses de doutorado e dissertações de mestrado que tematizavam a alfabetização na fase inicial de escolarização de crianças, ou seja, Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Venho realizando um levantamento de pesquisas de caráter bibliográfico, denominada “estado do conhecimento”, sobre o tema alfabetização. Segundo Soares e Maciel (2000), esse tipo de estudo visa “inventariar” e “sistematizar” a produção acadêmica e científica sobre determinada área de conhecimento, com o objetivo de “[...] conduzir à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema – sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas” (p. 09). Para as autoras em pauta, as pesquisas sobre o estado conhecimento são de suma importância, pois relacionam

[...] o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita a indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições e a determinação de lacunas ou vieses. (p. 09)

Para a localização de referências de teses de doutorado e dissertações de mestrado, cujo tema é a alfabetização, consultei acervos físicos, *sites* e bases de dados disponíveis *on-line*, dentre eles: o acervo do GPHEELLB e o *site* do Banco de Teses e Dissertações da CAPES; ressalto que, até o momento, reuni 550 referências de textos, sendo 89 referências de teses de doutorado e outras 461 referências de dissertações de mestrado.

PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE ALFABETIZAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Mortatti (2011) enfatiza que, no Brasil, nas duas últimas décadas do século XX, por consequência da consolidação dos programas de pós-graduação em Educação, as pesquisas em história da educação “vêm ganhando destaque e prestígio acadêmico-científico”; para a autora, essas pesquisas vêm contribuindo para um “[...] relevante acúmulo de conhecimentos responsáveis pela consolidação, no Brasil, da história da educação como campo de conhecimento” (p. 01). Ademais, Mortatti (2011) acrescenta

que, concomitantemente a esse processo, ocorreu uma “[...] tendência a se ampliarem e se diversificarem perspectivas e enfoques relativos ao processo de ensino e aprendizagem da leitura escrita em língua materna, especialmente no que se refere à alfabetização” (p. 01).

A autora pondera que, desde a década de 1980, os problemas da Educação Básica despertam o interesse de estudos e pesquisas “[...] com abordagem histórica de diferentes aspectos (didáticos, linguísticos, psicológicos, sociológicos, antropológicos, culturais, políticos) do processo de ensino e aprendizagem iniciais da leitura e escrita” (p. 02). Logo, em decorrência desse movimento, na

[...] primeira década do século XXI constata-se a tendência à história da alfabetização se constituir como campo de conhecimento específico e autônomo, por meio da crescente definição de objetos de estudo, fontes documentais, vertentes teóricas e abordagens metodológicas. Tal tendência, por sua vez, vem-se explicitando sem prejuízo das possibilidades de estudos e pesquisas necessariamente interdisciplinares, a fim de se explorarem os diferentes aspectos envolvidos na complexidade e na multifacetação da alfabetização. (p. 02)

Dada a tendência de crescimento e ampliação da produção acadêmica sobre alfabetização, diversas pesquisas envolvendo a história da educação e o estado do conhecimento sobre alfabetização estão sendo desenvolvidas no Brasil. Dentre os diferentes textos sobre a história da alfabetização, destaco como matriz teórica de minha pesquisa, aqueles de autoria de Mortatti (2000, 2008, 2010).

No livro *Os sentidos da alfabetização: São Paulo/1876-1994*, Mortatti (2000) salienta que a importância estratégica que os modelos e concepções de alfabetização adquiriram no Brasil, ocorreu de forma paulatina, mediante “[...] dois processos históricos correlatos: organização de um sistema público de ensino e a constituição de um modelo específico de escolarização das práticas culturais de leitura e escrita” (p. 17). Com base em rigorosa e extensa pesquisa documental, Mortatti (2000) aborda a história da alfabetização no Brasil em quatro momentos⁴, com ênfase no Estado de São Paulo, no

⁴ O primeiro momento é caracterizado pela disputa entre os partidários do “novo” método da palavração e os partidários dos métodos “tradicionais” ou “sintéticos” (soletração e silabação). O segundo momento - “A institucionalização do método analítico” (entre 1890 e meados da década de 1920) é caracterizado pela disputa entre os defensores do “novo” método analítico (palavração, sentencição ou da historieta) e os partidários dos métodos sintéticos (em especial da silabação). O terceiro momento - “A alfabetização sob

período compreendido entre 1876 e 1994, nos quais destaca “permanências e rupturas” quanto ao ensino inicial da leitura e da escrita. A autora conclui, dentre outras, que:

[...] visando à ruptura com seu passado, determinados sujeitos produziram, em cada momento histórico, determinados sentidos que consideravam modernos e fundadores do novo em relação ao ensino da leitura e escrita. Entretanto, no momento seguinte, esses sentidos acabaram por ser paradoxalmente configurados, pelos pósteros imediatos, como um conjunto de semelhanças indicadoras da continuidade do antigo, devendo ser combatido como tradicional e substituído por um novo sentido para o moderno. (p. 23)

No artigo “Notas para uma história da formação do alfabetizador no Brasil”, Mortatti (2008) apresenta reflexões voltadas à formação do alfabetizador a partir do século XIX e sua relação com a história da alfabetização brasileira, evidenciando o período republicano e o Estado de São Paulo. Para tanto, a autora toma como referência as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa e do Projeto Integrado de Pesquisa “História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil”. Nesse texto, a autora retoma a delimitação cronológica da história da alfabetização no Brasil, já apresentada em *Os sentidos da alfabetização: São Paulo-1876/1994* (MORTATTI, 2000) quando elegeu quatro momentos históricos considerados como cruciais, “[...] cada um deles marcado por disputas pela hegemonia de um (novo) sentido para esse ensino” (p. 470). Nesse contexto, Mortatti (2008) relata a existência de uma disputa entre os métodos de alfabetização⁵ que implicaram “[...] uma relação complexa entre permanências e rupturas e das quais decorre a fundação, em cada momento, de uma (nova) tradição a respeito da alfabetização” (p. 470). A pesquisadora, em síntese, propõe ser necessário compreender aspectos da formação do alfabetizador, com o objetivo de favorecer a compreensão do passado e do presente, “[...] na constante tensão entre rupturas (desejadas) e permanências

medida” (entre meados da década de 1920 e final da década de 1970) é caracterizado pela hegemonia dos testes ABC, formulados por Manoel Bergström Lourenço Filho e divulgados no livro *Testes ABC: para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita*, publicado em 1934. O quarto momento - “Alfabetização: construtivismo e a desmetodização” (entre início da década de 1980 e os dias atuais) é caracterizado pela disputa entre os defensores do pensamento construtivista de Emília Ferreiro e os defensores dos “tradicionais métodos” (analíticos, sintéticos ou mistos) (MORTATTI, 2000).

⁵ Mortatti (2010), ressalta que os métodos de alfabetização podem ser classificados em dois tipos básicos: método sintético (da *parte* para o *todo*, de marcha sintética) alfabético, fônico, silábico e o método analítico (do *todo* para a *parte*, de marcha analítica) da palavração, da sentencição, da historieta e do conto.

(indesejadas e silenciadas, mas silenciosa e fortemente operantes)” (MORTATTI, 2008, p. 476).

No artigo “Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados”, Mortatti (2010) aborda particularidades da história da alfabetização no Brasil, desde as primeiras décadas do período republicano. A ênfase de suas reflexões recai sobre o quarto momento da história da alfabetização, remontando do início da década de 1980 aos dias atuais. Segundo suas bases investigativas, tal momento histórico iniciou um questionamento sistemático e oficial sobre o fracasso do ensino e da aprendizagem iniciais da leitura e escrita, vertendo-se a uma tentativa de se explicar os problemas de alfabetização no Brasil, por meio de três modelos teóricos: o construtivismo⁶, o interacionismo linguístico⁷ e o letramento⁸. Com base nas reflexões que apresenta, Mortatti (2010) assevera que a formulação e disseminação dos modelos anteriores decorreram de sua apropriação como “[...] propostas didático-pedagógicas no âmbito de políticas públicas para a alfabetização no Brasil, resultantes da parceria entre órgãos do poder público estatal e docentes pesquisadores das universidades públicas” (p. 339). Sobre o assunto, elabora conjecturas e conclui que “[...] a alfabetização continua sendo um dos signos mais evidentes e complexos da ambígua relação entre deveres do Estado e direitos do cidadão” (p. 340).

No que se refere aos textos relativos ao estado do conhecimento sobre alfabetização no Brasil, sublinho os dados apresentados por Soares (1989), Soares e Maciel (2000), Mortatti, Oliveira e Pasquim (2014).

⁶ A perspectiva construtivista resulta das pesquisas da psicóloga e educadora argentina Emilia Ferreiro e seus colaboradores. Essa teoria de aprendizagem aponta a *lectoescrita* (habilidade adquirida de ler e escrever), respeitando os conhecimentos da psicogênese da língua escrita por parte do sujeito cognoscente. Para Mortatti (2008), “[...] o foco do processo de alfabetização está *no como a criança aprende a língua escrita*; trata-se, assim, de um processo de desmetodização da alfabetização, uma vez que não cabem, nesse processo, os tradicionais métodos ensino da leitura e escrita” (p. 473, grifos da autora).

⁷ De acordo com Mortatti (2010), no interacionismo linguístico, a “[...] alfabetização designa o processo de ensino-aprendizagem da leitura e escrita entendidas como atividade discursiva, que depende diretamente das relações de ensino que ocorrem na escola, especialmente entre professor e alunos” (p. 332).

⁸ Mortatti (2004) analisa que o letramento “[...] está diretamente relacionado com a língua escrita e seu lugar, suas funções e seus usos nas sociedades letradas, ou, mais especificamente, grafocêntricas, isto é, sociedades organizadas em torno de um sistema de escrita” (p. 98).

Em Soares (1989), apresentam-se resultados de uma pesquisa do tipo “estado do conhecimento” da produção acadêmica sobre a alfabetização no Brasil. Nesse trabalho, foi realizado um inventário, com a análise de 75 teses de doutorado e dissertações de mestrado e de 109 artigos de periódicos, no intervalo compreendido entre 1954 e 1986, o que resultou na publicação *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento*. A autora conclui, dentre muitos outros indicativos, que para a compreensão do estado do conhecimento sobre determinado tema é necessário que

[...] se ordene periodicamente o conjunto de informações de resultados já obtidos, ordenação que permita indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas e vieses. (p. 03)

Em continuidade às pesquisas de Soares (1989), Soares e Maciel (2000), no trabalho intitulado *Alfabetização*, contemplaram apenas a produção acadêmica acerca da alfabetização em teses de doutorado e dissertações de mestrado, no período compreendido entre 1961 e 1989, totalizando 219 obras. No entanto, excluíram a produção acadêmica em forma de artigos. As autoras realizaram um estudo descritivo das pesquisas sobre alfabetização no Brasil e identificaram significativas contribuições para a produção acadêmica em torno do tema, sobretudo nos referenciais teóricos da Pedagogia e da Linguística, bem como na caracterização da formação do alfabetizador. E concluíram, sinalizando a relevância das pesquisas sobre alfabetização no Brasil a partir do final da década de 1970, quando se explicitou a relação entre o fracasso escolar e o fracasso na alfabetização, salientando, à vista disso, a necessidade de uma análise qualitativa do conhecimento produzido, com o objetivo de se “[...] identificar os estudos e pesquisas que efetivamente contribuem para o avanço do conhecimento na área” (p. 77).

Em Mortatti, Oliveira e Pasquim (2014), foram analisadas teses e dissertações sobre alfabetização concluídas entre 1961 e 2011. Os pesquisadores se propuseram a estudar cinquenta anos de produção acadêmica sobre a alfabetização, “[...] situando-as no processo histórico de constituição da alfabetização como objeto de estudo, desde o século XIX” (p. 06). Retratam o cenário político e histórico da década de 1960 e seguintes, com enfoque especial, “[...] a partir da década de 1980, que se inicia processo de expansão em termos de quantidade de trabalhos sobre o tema e a diversidade geográfica e de áreas de

conhecimento dos programas de pós-graduação” (p. 06). No que diz respeito ao contexto político e histórico, os autores relatam questões relacionadas a produção acadêmica brasileira sobre alfabetização durante o período da ditadura (civil-)militar no Brasil, entre 1964 e 1985. Para Mortatti, Oliveira e Pasquim (2014), nesse período o regime militar ditatorial, “[...] com apoio de grupos civis conservadores e, especialmente, do governo dos Estados Unidos da América do Norte, promoveram indubitáveis tragédias e ambíguas ações, visando à construção do mito do ‘Brasil Grande’” (p. 7).

Para os autores em tela, os governos militares, durante o período, subordinados às regras do capitalismo internacional, iniciaram um processo de modernização e de desenvolvimento do país, sendo também “[...] implementadas políticas governamentais para educação, ciência e tecnologia, como a criação da pós-graduação, em 1965, e as reformas universitária, em 1968, e do ensino fundamental, em 1971” (p. 07). Além disso, Mortatti, Oliveira e Pasquim (2014) desenvolveram uma pesquisa do tipo “estado do conhecimento” e inventariaram 1440 teses e dissertações sobre alfabetização, sendo 212 teses de doutorado e 1228 dissertações de mestrado, entre os anos de 1961 e 2011.

Nesse trabalho, dialogaram com outras pesquisas semelhantes já realizadas, como Soares (1989) e Soares e Maciel (2000), e refletiram sobre o processo de constituição histórica da produção acadêmica em torno da alfabetização, desde a promulgação do Parecer 977/1965, do Conselho Federal de Educação (CFE). Os autores depreendem que, no período analisado, houve um “[...] crescimento do número de teses e dissertações sobre o tema e a diversificação geográfica e de áreas de conhecimento dos programas de pós-graduação em que foram defendidas” (p. 26). Todavia, também salientam que tal avanço da produção acadêmica sobre o tema expõe contradições passíveis de questionamento, no tocante “[...] a perguntas cujas respostas ainda não se conhecem, se dialoga, de fato e de forma consequente, com o conhecimento acumulado sobre o tema” (p. 27). Ao mesmo tempo, apontam desafios para essas contradições, destacando

[...] a necessidade de coragem política e ousadia intelectual para a formulação de perguntas que explicitem as lacunas no campo da alfabetização e proponham novos temas, objetos e vertentes teórico-metodológicas para o desenvolvimento de novas pesquisas que fazem falta, conforme necessidades diagnosticadas e avanços almejados, do ponto de vista científico e social. Para isso, ainda, é necessário explicitar e discutir a “promíscua” relação entre a necessidade de buscar soluções urgentes para o problema do analfabetismo no

país e a função da universidade e da pós-graduação como lugar de produção de conhecimentos científicos. (p. 28)

Com respeito à produção acadêmica sobre a alfabetização no Estado de São Paulo, para a composição da versão preliminar do instrumento de pesquisa, conforme mencionei anteriormente, até o momento, identifiquei 550 teses de doutorado e dissertações de mestrado, defendidas entre 1989 e 2018. Para consulta ao Banco da CAPES, utilizei como critério de busca os termos “alfabetização”, “leitura e escrita”, “ensino de leitura e escrita” e “ciclo básico”. Para a recuperação de dados do Banco da CAPES, considerei as “áreas de conhecimento” denominadas nos programas de pós-graduação, segundo informado no campo “Programa de Pós-Graduação”.

Por meio do entrecruzamento dos dados localizados, recuperados e reunidos, na versão preliminar do instrumento de pesquisa, consoante mencionado, elaborei o Quadro 1, em que apresento a quantidade de teses de doutorado e de dissertações de mestrado sobre o tema, no Estado de São Paulo, agrupadas por décadas, seguindo a data de conclusão de cada trabalho.

Quadro 1 – Quantidade de teses e dissertações sobre alfabetização, por década

Tipo de texto			
Década de conclusão do trabalho	Teses de doutorado	Dissertações de mestrado	Total por década
1989	0	4	4
1990 – 1999	17	79	96
2000 - 2009	26	145	171
2010 - 2018	46	233	279
Total por tipo de texto	89	461	-
TOTAL GERAL: 550			

Fonte: Silva (2019) e Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Conforme os dados presentes no Quadro 1, referente à produção acadêmica sobre alfabetização no Estado de São Paulo, no período entre 1989 e 2018, localizei, até o momento, 89 (16%) teses de doutorado e 461 (84%) dissertações de mestrado. Pelo que se observa, a quantidade de trabalhos acerca do tema em nível de pós-graduação, na década de 2000 a 2009, demonstra um acréscimo de 78,13% em relação à década de 1990 a 1999. Já no período seguinte, de 2010 a 2018, o crescimento foi de 63,16%.

Tendo em vista essas constatações, de acordo com Mortatti (2015), o aumento da produção acadêmica, na década de 1990, esteve ligado às denúncias relativas aos problemas da educação e da alfabetização. Além desses fatores, a autora salienta, ainda, que houve um impulsionamento dessa produção por meio das

[...] demandas geradas pelo crescente alinhamento do país à reorganização da ordem mundial no contexto político e econômico pós-Guerra Fria, acompanhada da expansão do processo de globalização e das políticas neoliberais. (p. 30)

Para Mortatti (2010), a ampliação da produção acadêmica voltada à alfabetização no início do século XXI se deve ao acirramento das políticas neoliberais no país, que se relacionam às “[...] políticas atuais de produção de ciência e tecnologia e de avaliação da produtividade acadêmica, que por sua vez vinculam-se ao desejado crescimento econômico do país, visando a sua inserção no cenário internacional” (p. 336).

No que concerne ao elevado percentual das dissertações de mestrado em comparação às teses de doutorado, ora localizadas e reunidas, segundo Mortatti, Oliveira e Pasquim (2014): “[e]sse aspecto se relaciona, especialmente, com o menor tempo de duração previsto para o mestrado, comparativamente ao doutorado, e também com o maior número de cursos de mestrado em relação aos de doutorado⁹” (p. 18).

ALFABETIZAÇÃO COMO OBJETO DE PESQUISA ACADÊMICA NO ESTADO DE SÃO PAULO (1989-2018)

De acordo com Mortatti (2011), no Brasil, nas duas últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI, nos programas de pós-graduação em Educação, as pesquisas em história da educação adquiriram destaque e prestígio acadêmico-científico. Para a autora, processo semelhante ocorreu com as pesquisas em história da alfabetização que, além dos motivos descritos, passaram a se constituir como um campo de

⁹ Mortatti, Oliveira e Pasquim (2014) esclarecem: “[...] conforme normas da CAPES, novos programas de pós-graduação são autorizados a funcionar inicialmente apenas com o mestrado. Se a avaliação trienal for positiva, pode ser solicitada a implantação do doutorado” (p. 18).

conhecimento específico e autônomo e, desde então, passaram a denotar características interdisciplinares e multifacetadas.

No que tange ao Estado de São Paulo, entre os anos de 1989 e 2018, tal realidade não foi diferente. Conforme dados levantados, constatei uma grande diversidade das áreas de conhecimento de pesquisas desenvolvidas acerca da alfabetização, informações até o momento localizadas e reunidas na versão preliminar do instrumento de pesquisa.

Segundo classificação dos programas de pós-graduação, realizada pela CAPES, apresento, no Quadro 2, a quantidade de teses de doutorado sobre alfabetização, distribuídas por “grandes áreas”, bem como áreas de conhecimento

Quadro 2 – Quantidade de teses de doutorado sobre alfabetização, distribuídas por “grandes áreas” e áreas de conhecimento.

“Grandes Áreas” CAPES	Áreas de Conhecimento	Quantidade de teses defendidas, por área
Ciências Humanas	Educação	61
	Psicologia	15
Letras, Linguística e Artes	Letras e Linguística	08
	Comunicação e Semiótica	01
Ciências da Saúde	Distúrbios do Desenvolvimento	01
	Pediatria	01
Engenharias	Engenharia Biomédica	01
	Engenharia Elétrica	01
TOTAL:		89

Fonte: Silva (2019) e Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Das teses de doutorado com o tema alfabetização localizadas até o momento, no que corresponde às “grandes áreas”, nesse período, nota-se a predominância da grande área de Ciências Humanas, com 76 (85,4%), seguida da grande área de Letras, Linguística e Artes, com 9 (10,2%); com índices bem mais modestos, posicionam-se as grandes áreas das Ciências da Saúde e das Engenharias, cada uma delas com 2 (2,2%).

Baseado nessa constatação, verifiquei indícios do processo de interdisciplinarização da alfabetização como objeto de estudo no Estado de São Paulo. Contudo, apesar desse processo de diversificação, a maioria das teses sobre alfabetização detectadas derivou de programas de pós-graduação em Educação. Dentre as 89 teses de

doutorado que localizei, 61 (68,6%) foram defendidas em programas de pós-graduação em Educação, seguindo-se, em ordem de ocorrência referente à maior quantidade de teses sobre alfabetização: Psicologia, com 15 (16,9%); Letras e Linguística, com 8 (9,0%); Comunicação e Semiótica, com 1 (1,1%); Distúrbios do Desenvolvimento, com 1 (1,1%); Pediatria, com 1 (1,1%); Engenharia Biomédica, com 1 (1,1%) e Engenharia Elétrica, com 1 (1,1%).

Quanto às dissertações de mestrado sobre alfabetização, a diversificação das áreas de conhecimento identificadas foi ainda maior, conforme dados apresentados no Quadro 3. Foi possível localizar dissertações sobre esse tema em programas de pós-graduação de 27 diferentes áreas de conhecimento, assim distribuídas: 11 em Ciências Humanas; 3 em Linguística, Letras e Artes; 8 em Ciências da Saúde; 1 em Engenharias; e 3 em Ciências Sociais Aplicadas.

Quadro 3 – Quantidade de dissertações de mestrado sobre alfabetização, distribuídas por “grandes áreas” e áreas de conhecimento.

“Grandes Áreas” CAPES	Áreas de Conhecimento	Quantidade de teses defendidas, por área
Ciências Humanas	Educação	301
	Psicologia	38
	Estudos Culturais	01
	Sociologia	01
	Mestrado Profissional em Educação e Formação de Formadores	08
	Mestrado Profissional em Docência e Gestão Educacional	02
	Mestrado Profissional em Docência e Educação Básica	03
	Mestrado Profissional em Processos de Ensino, Gestão e Inovação	04
	Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ens. Fundamental	01
	Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Educacionais	03
	Mestrado Profissional em Educação e Comunicação	02
Letras, Linguística e Artes	Letras e Linguística	48
	Comunicação e Semiótica	07
	Música	02
Ciências da Saúde	Fonoaudiologia	18
	Distúrbios do Desenvolvimento	08
	Distúrbios de Comunicação	01
	Ciências da Saúde	01

	Saúde Materno Infantil	01
	Ciências da Reabilitação	03
	Mestrado Profissional em Saúde e Educação	01
	Mestrado Profissional em Administração: Gestão e Sist. de Saúde	01
Engenharias	Engenharia Biomédica	02
Ciências Sociais Aplicadas	Serviço Social	02
	Economia de Empresas	01
	Desenvolvimento Regional	01
TOTAL: 461		

Fonte: Silva (2019) e Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Tendo como referência os dados localizados e reunidos no Quadro 3, no que se refere às “grandes áreas”, nesse período, nota-se a predominância da grande área de Ciências Humanas, com 364 (79%), seguida da grande área de Letras, Linguística e Artes com 57 (12,4%); com índices mais baixos, estão dispostas as Ciências da Saúde, com 34 (7,4%), as Ciências Sociais Aplicadas, com 4 (0,8%) e as Engenharias com 2 (0,4%).

Como se pode constatar, na grande área de Ciências Humanas, destacam-se as pesquisas localizadas até o momento em programas de pós-graduação em Educação, com 301 (65,3%), seguindo-se, em ordem de ocorrência referente à maior quantidade de dissertações de mestrado sobre alfabetização: Letras e Linguística, com 48 (10,4%); Psicologia, com 38 (8,2%); Mestrados Profissionais em Educação, com 23 (5%); Fonoaudiologia, com 18 (3,9%); Distúrbios do Desenvolvimento, com 8 (1,7%); Comunicação e Semiótica, com 7 (1,58%); Ciências da Reabilitação, com 3 (0,65%); Engenharia Biomédica, com 2 (0,43%); Serviço Social, com 2 (0,43%); Música, com 2 (0,43%); Estudos Culturais, com 1 (0,22%); Sociologia, com 1 (0,22%); Ciências da Saúde, com 1 (0,22%); Saúde Materno Infantil, com 1 (0,22%); Distúrbios da Comunicação, com 1 (0,22%); Mestrado Profissional em Saúde e Educação, com 1 (0,22%); Mestrado Profissional em Administração: Gestão e Sistemas de Saúde, com 1 (0,22%); Economia de Empresas, com 1 (0,22%); e Desenvolvimento Regional, com 1 (0,22%).

De acordo com os dados apresentados nos quadros 2 e 3, foi possível observar o elevado número de teses de doutorado e dissertações de mestrado produzidas sobre alfabetização na área da Educação. Das 89 teses de doutorado que localizei, 61 (68,6%) foram produzidas nessa área, processo semelhante ocorreu com as dissertações de

mestrado, dos 461 trabalhos que localizei, 301 (65,3%) foram defendidos em programas de pós-graduação em Educação. Essa constatação, indica que apesar da grande diversificação das áreas de conhecimento, tanto no que se refere ao doutorado quanto ao mestrado, a Educação concentra o maior número de pesquisa que tem a alfabetização como objeto de estudo. De acordo com Mortatti, Oliveira e Pasquim (2014), isso se deve ao fato dessa área de conhecimento que “[...] historicamente, configurou-se como a mais ligada à questão do ensino da leitura e da escrita e do fracasso da escola nesse ensino” (p. 22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações que apresentei neste artigo tiveram como objetivo realizar uma análise preliminar das referências de teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre o tema da alfabetização, em pesquisas defendidas no âmbito acadêmico do Estado de São Paulo, entre os anos de 1989 e 2018, e reunidas na versão preliminar do instrumento de pesquisa. No que se refere à análise das referências desses trabalhos no presente texto, procurei ordenar, sistematizar e descrever aspectos dessa produção no Estado de São Paulo, no período assinalado.

Considero que houve um progressivo aumento dessa produção, tanto no aspecto quantitativo, relativamente ao crescimento numérico da produção acadêmica sobre alfabetização, quanto no entendimento concernente à diversidade de enfoques sobre o tema.

Ao mesmo tempo, foi possível constatar que, desde as duas últimas décadas do século XX, nas pesquisas relacionadas ao tema esse crescimento numérico apresenta indícios da constituição da alfabetização como “[...] campo de conhecimento autônomo e interdisciplinar” (MORTATTI, 2011, p. 88).

Contudo, apesar da diversificação de áreas de conhecimento e enfoques sobre o tema, constatei que a concentração dos trabalhos se dá nas áreas de Educação e Psicologia. Com relação às teses de doutorado, verifiquei que a maioria foi defendida em

instituições públicas situação semelhante ocorreu com as dissertações de mestrado; essas, porém, ao serem somadas às dissertações defendidas em instituições privadas e confessionais, redundaram um número superior às teses de doutorado.

Considero que os resultados parciais obtidos até o momento confirmam a relevância e a pertinência do estudo do tema, para a compreensão da produção acadêmica sobre alfabetização no Estado de São Paulo, nos anos de 1989 a 2018.

REFERÊNCIAS

AMBROSETTI, Neusa Banhara. *Ciclo Básico: o professor da escola pública paulista frente a uma proposta de mudança*. Orientadora: Bernadete Angelina Gatti. 1989. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação - Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Os instrumentos de pesquisa no processo historiográfico. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA*, 4, 1979, *Anais...*, p. 133-147.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A Queiroz, 1991.

DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

DURAN, Marília Claret Geraes; ALVES, Maria Leila; PALMA FILHO, João Cardoso. Vinte anos da política do Ciclo Básico na rede estadual paulista. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 83-112, jan./abr. 2005.

MORTATTI, Maria do Rosário longo. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo 1876/1994*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Educação e letramento*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MORTATTI, Maria do Rosário longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 329-341, mai./ago. 2010.

MORTATTI, Maria do Rosário longo. O I Seminário Internacional sobre História do Ensino de Leitura e Escrita. *In: MORTATTI, Maria do Rosário longo (org.)*.

Alfabetização no Brasil: uma história de sua história. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. OLIVEIRA, Fernando Rodrigues; PASQUIN, Franciele Ruiz. 50 anos de produção acadêmica brasileira sobre alfabetização: avanços, contradições e desafio. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v.5, n.13, p.06-31, 2014.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. A ABAIf na história da alfabetização no Brasil: um desafio para o século XXI. *Revista Brasileira de Alfabetização*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 13-38, 2015.

SILVA, Odair Vieira da. *Produção acadêmica sobre alfabetização defendida nos programas de pós-graduação em universidades públicas, confessionais e privadas do Estado de São Paulo (1989-2018): um instrumento de pesquisa.* Marília: 2019. (digitado).

SOARES, Magda Becker. *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento.* Brasília, DF: MEC/Inep/REDC, 1989.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca. *Alfabetização.* Brasília-DF: MEC/Inep/Comped, 2000. (Série Estado do Conhecimento n.º 1).